

ENSINANDO A TUTELA PROCESSUAL DA IDENTIDADE DE GÊNERO: ELEMENTOS JURÍDICOS PARA A EDUCAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DE GÊNERO

Gilberto Fachetti Silvestre ¹

RESUMO

Trata-se de uma proposta educacional que pretende inspirar a proteção da identidade de gênero através da informação em ambiente escolar sobre os direitos e os instrumentos processuais disponíveis no ordenamento jurídico para que as pessoas possam exercer sua liberdade e dignidade em torno do seu gênero. Sendo a identidade de gênero um direito da personalidade específico, sua lesão configura um prejuízo moral indenizável independente dos prejuízos a outros direitos da personalidade quando se ofende todas as pessoas transgêneros, como a honra, a imagem e a fama. A identidade de gênero é direito da personalidade, resultado de transformações sociais e culturais, que exigem sua tutela e, consequentemente, a tutela dos prejuízos extrapatrimoniais e patrimoniais sofridos pela pessoa lesada em razão de sua identidade. O Direito brasileiro, ainda, dispõe de uma tutela específica (restauratória e inibitória) para garantir que lesões continuem acontecendo e para que a dignidade lesada seja reintegrada. É essa tutela que a pesquisa pretende esmiuçar para demonstrar a professores, gestores e alunos como o Direito favorece para a conscientização em torno da dignidade sexual. A pesquisa realiza um levantamento documental e procede a uma revisão bibliográfica multidisciplinar, utilizando materiais da área jurídica e de outras áreas afins ligadas ao estudo da identidade de gênero. A partir desta revisão, a pesquisa pretende indicar quais são os elementos jurídico-processuais que toda pessoa deve aprender durante sua formação básica para conhecer e respeitar a liberdade e a dignidade que envolvem a identidade de gênero. Outrossim, indica instrumentos didáticos para o ensino dos elementos jurídicos protetores da identidade de gênero, superando as dificuldades em torno da linguagem e da prática jurídica. Tudo isso para contribuir com uma formação cidadã e respeitosa. Apresenta-se um mecanismo a mais para a proteção desse grupo vulnerável, pois a responsabilidade civil tem como função a prevenção de lesões.

Palavras-chave: Identidade de gênero, Direitos da personalidade, Ensino do Direito na escola, Tutelas processuais da personalidade, Dignidade de gênero.

¹ Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – ES; Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP; Pós-Doutor em Educação pelo Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – ES; Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ; Pesquisador na Universitatea Alexandru Ioan Cuza din Iasi, Romênia; gilberto.silvestre@ufes.br

